



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680202 - SP (2021/0219504-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RENAN ALCANTARA MOTTA COELHO
ADVOGADO : RENAN ALCANTARA MOTTA COELHO - BA057395
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO GARCIA DA COSTA (PRESO)
CORRÉU : JEFERSON ARIEL DE ARAUJO MARCASSO
CORRÉU : CHRISTIAN REIMBERG SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO GARCIA DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (APELAÇÃO N. 0000212-74.2017.8.26.0600).

O paciente foi condenado, por decisão confirmada em apelação, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei de Drogas.

Sustenta o impetrante, em síntese, que cabe na espécie a aplicação da minorante do art. 33, parágrafo 4º, da Lei n. 11.343/06. Alega a atipicidade da conduta pela qual foi condenando pela prática do crime de associação para tráfico de drogas. Defende a necessidade de aplicação da detração penal, uma vez que o ora paciente se encontra segregado desde 3.11.2017.

Requer a "ABSOLVIÇÃO do apelante das acusações que lhe foram feitas, com base com artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, por não haver nos autos qualquer elemento que comprove que o réu transportava entorpecentes ou tenha se associado para esse fim".

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do *HABEAS CORPUS* N. 523.067 - SP .

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente